

ANTAQ
TERMO DE REFERÊNCIA 2020
(Processo Administrativo n.º 50300.003839/2020-45)

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição dos materiais conforme tabela abaixo e especificações contidas no anexo I:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	QUANTIDADE
1	Bota de segurança	150242	34
2	Camisa social manga longa (masculino)	246135	148
3	Camisa social manga longa (feminino)	246135	10
4	Colete para fiscalização	37931	28

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 6 meses, contados do recebimento da nota de empenho, sem prorrogação.

2. DAS AMOSTRAS

- 2.1. A amostra destina-se a zelar pela adequação e satisfatoriedade da proposta formulada à ANTAQ. A exigência de amostra é um meio para o cumprimento de tal necessidade.
- 2.2. A ANTAQ solicitará ao licitante classificado em primeiro lugar, amostra do produto ofertado, que deverá ser encaminhada à Gerência de Planejamento e Inteligência da Fiscalização da ANTAQ em Brasília. No ato de solicitação da amostra, o prazo máximo de entrega é de 10 (dez) dias úteis, a partir da solicitação do pregoeiro.
- 2.3. A amostra deverá estar em conformidade com as especificações técnicas constantes deste Termo de Referência e devidamente identificada com o número do Pregão Eletrônico e nome do licitante.
- 2.4. Os produtos apresentados como amostra poderão ser abertos, desmontados, instalados, conectados a equipamentos e submetidos aos testes necessários, sendo devolvidos ao licitante no estado em que se encontrarem ao final da avaliação.
- 2.5. Será rejeitada a amostra que:
- 2.5.1.apresentar problemas de confecção durante a análise técnica;
 - 2.5.2.apresentar divergência ou qualidade inferior em relação às especificações técnicas;
 - 2.5.3.for de qualidade inferior em relação às especificações constantes da proposta e estiver desacompanhada de declaração do licitante de que entregará os produtos de acordo com a amostra apresentada.
 - 2.5.4.apresentar garantia inferior à exigida neste Termo de Referência.
- 2.6. Enquanto não expirado o prazo para entrega da amostra, o licitante poderá substituir ou efetuar ajustes e modificações no produto apresentado.
- 2.7. Não será aceita a proposta do licitante que tiver amostra rejeitada ou não disponibilizá-la no prazo estabelecido.

3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. A aquisição se faz necessária para repor o estoque dos materiais, conforme detalhado no documento SEI! nº 0980697.
- 3.2. Justifica-se que a Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ tem como visão, conforme consta de seu Planejamento Estratégico, "Ser reconhecida por seu papel relevante na logística e eficiência do transporte, como indutora do desenvolvimento econômico e social e considerada por seus servidores a melhor agência reguladora para se trabalhar". Assim, o fornecimento de material de Equipamento de Proteção Individual, de boa qualidade e de forma tempestiva, possibilita a eficiência e a qualidade dos serviços prestados pela Agência.
- 3.3. Portanto, a aquisição se faz necessária para garantir a manutenção da integridade física dos servidores da ANTAQ, em cumprimento à legislação vigente relativa à higiene e segurança do trabalho, em especial, aqueles em trabalho externo.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 4.1. Os bens que compõem o objeto deste termo de referência são considerados comuns, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei 10.520, de 2002.

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 5.1. O prazo de entrega é de 10 (dez) dias úteis, contados da emissão da nota de empenho, em remessa única, a ser realizada no endereço SEPN 514, Conjunto E, Edifício ANTAQ, CEP 70760-545, Brasília-DF.
- 5.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 5.3. Os bens poderão ser rejeitados quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 5.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 5 dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação mediante recibo.
 - 5.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 5.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.1. São obrigações da Contratante:
 - 6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
 - 6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

- 6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 6.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
 - 7.1.1. efetuar a entrega do objeto, incluindo a amostra, em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo e prazo de garantia;
 - 7.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
 - 7.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
 - 7.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - 7.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 - 7.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até cinco dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

- 11.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 11.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 11.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 11.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 11.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 11.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 11.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

12. DO REAJUSTE

12.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

12.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

12.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução pois, em razão das características do objeto da presente aquisição, os benefícios advindos da exigência de garantia não justificam o natural aumento de custos quando essa exigência está presente.

14. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

14.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 9 (nove) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

14.2. A exigência de garantia se faz necessária para resguardar a ANTAQ contra bens de baixa qualidade. Considerando a natureza dos bens a serem adquiridos, os quais planeja-se utilizar por vários anos, e os custos administrativos para a realização do processo licitatório, é razoável a exigência de garantia.

14.3. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

14.4. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

14.5. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

14.6. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

14.7. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

14.8. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

14.9. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

14.10. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

14.11. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

14.12. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 15.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 15.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 15.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 15.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 15.1.5. cometer fraude fiscal;

15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- 15.2.1. **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 15.2.2. multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
- 15.2.3. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

- 15.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 15.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 15.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 15.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Termo de Referência.
- 15.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 15.3. As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.5, 13.2.6 e 13.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 15.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 15.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 15.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 15.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 15.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 15.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 15.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 15.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 15.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 15.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

15.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

16.1. Para estimativa dos custos da contratação, foram utilizadas pesquisas de preços obtidas no Pannel de Preços, nos termos do art. 2º, I, da Instrução Normativa nº 5, de 27 de junho de 2014.

16.2. A tabela abaixo sintetiza a estimativa de custos para a aquisição dos bens:

Item	Descrição	Valor médio (R\$)	Quantidade	Subtotal (R\$)
1	Bota de segurança	98,89	34	3.362,26
2	Camisa social manga longa (masculino)	62,75	148	9.287,00
3	Camisa social manga longa (feminino)	62,75	10	627,50
4	Colete para fiscalização	43,84	28	1.227,52
TOTAL (R\$)				14.504,28

16.3. O valor estimado da contratação é de R\$ 14.504,28 (catorze mil quinhentos e quatro reais e vinte e oito centavos).

ANEXO I – Especificações Técnicas

1. Bota de Segurança:

Botina de amarrar com cadarço, nas cores marrom, preto ou oliva, com o Certificado de Aprovação válido.

a. Numeração e quantidades:

Nº	Quantidade
39	7
41	7
42	4
43	8
44	5
45	3
TOTAL	34

b. CABEDAL: qualquer das opções abaixo:

- i. Confeccionado em couro nobuck 17/19 linhas e o colarinho em dupla frontura; OU
- ii. Confeccionado em couro pampa 17/19 linhas e o colarinho em cordura preta dando maior resistência à abrasão e ao rasgo; OU
- iii. Confeccionado em vaqueta pampa 17/19 linhas, com o colarinho em nylon dupla frontura, colarinho acolchoado com espuma de PU 15 mm, língua em nylon dupla frontura e acolchoado com espuma de PU de 8 mm. Enfeito do cano em Nobuck 17/19 linhas. Ilhoses de gancho e circular em latão com atacador roliço em poliéster; OU
- iv. Vaqueta Camurça 17/19 linhas com o colarinho em nylon dupla frontura, colarinho acolchoado com espuma de PU 15 mm, língua em nylon dupla frontura e acolchoado com espuma de PU de 8 mm. Enfeito do cano em Nobuck 17/19 linha; OU
- v. Confeccionado em vaqueta pampa 18/19 linhas, com o colarinho e lateral em nylon cordura, colarinho acolchoado com espuma de PU 15 mm, gorgurão refletivos nas laterais, língua em pampa e nylon cordura e acolchoado com espuma de PU de 8 mm. Ilhoses de gancho e circular em latão com atacador roliço em poliéster.

c. FORRAÇÃO: qualquer das opções abaixo:

- i. Forração da gáspea com material de nylon dupla frontura, tecido composto por três camadas formando câmeras de ar tridimensionais e permeáveis que garante a rápida evaporação da umidade. Contraforte de 1.5 mm, que é a parte mais estruturada do calcanhar, escondida entre o avesso e o cabedal, utiliza-se material termoplástico conformado; OU
- ii. Forração da gáspea com material de não tecido e forro do cano com SANITEC, tecido antibacteriano dublado com melhor absorção e dessorção de suor. No contraforte escondido entre o avesso e o cabedal, utiliza-se material termoplástico conformado;
- iii. Forração da gáspea com material de não tecido e forro do cano em tecido dublado. Contraforte de 1.5mm, que é a parte mais estruturada do calcanhar, escondida entre o avesso e o cabedal, utiliza-se material termoplástico conformado que proporciona uma melhor conformação aos pés.

d. BIQUEIRA:

Biqueira de plástico para conformação.

e. **PALMILHA:**

Palmilha de montagem em EVA, conforto costurada com sistema Strobel, sobrepalmilha SOFTSYSTEM em EVA Soft com espessura de 4mm e com microbolhas.

f. **SOLADO:**

Solado bidensidade constituído de duas camadas de poliuretano (PU) expandido e injetado diretamente ao cabedal proporcionando maior conforto e resistência a abrasão. A 1ª camada (entressola) mais macia e leve proporcionando maior conforto, e a 2ª camada é a mais resistente a objetos cortantes perfurantes e a abrasão pelo fato de ser a mais compacta. Canais de escoamentos mais espaçados, ranhuras de aderência melhor mobilidade ao caminhar.

g. **EMBALAGEM:** individual, com identificação da referência e numeração.

h. **CERTIFICADO DE APROVAÇÃO:**

O CA da bota de segurança deverá estar válido na entrega pelo fornecedor e recebimento definitivo pela ANTAQ.

i. **GARANTIA:** mínimo de 12 meses a partir da entrega pelo fornecedor e recebimento definitivo pela ANTAQ.

2. Camisa social manga longa (modelo masculino):

a. **Tamanhos e quantidades:**

Tamanho	Quantidade
P	13
M	57
G	49
GG	29
TOTAL	148

b. **MATERIAL:** 100% algodão tricoline.

c. **MODELO:** Camisa social manga longa, punhos simples (altura de 6 cm) pespontados e abotoáveis por um botão em cada pulso; bolso à altura do peito, do lado esquerdo, com 'vista' de 2,5 cm, chapado, com reforços mosqueados nos cantos, com tamanho de 12 cm de largura, por 14 cm de comprimento, devendo, se necessário, ser adequado ao tamanho da camisa, sem portinhola; fralda longa, recortada na direção das costuras laterais e toda embainhada; colarinho entretelado, semi-maleável, pespontado, fechável por um botão em casa horizontal, para uso de gravata; abertura na frente (para vestir ou desvestir) em toda extensão, fechável por botões, com casas verticais distanciadas até 100 mm uma da outra e com a casa vertical de cima a uma distância de 30 mm da casa horizontal do pé da gola.

Acabamento das costuras internas em overloque; aviamentos na cor do tecido principal; etiquetas com CNPJ do fabricante com designação do material utilizado, numeração e instruções de manutenção de lavagem.

d. **COR:** azul bebê, conforme imagem abaixo:



e. **BRASÃO ANTAQ:**

- i. Na parte frontal, lado esquerdo, no bolso, de modo centralizado em todas as direções, deverá conter o Brasão da ANTAQ em bordado computadorizado. Dimensões: 6,0 cm (largura) x 3,3 cm (altura);
- ii. Cor do logo da ANTAQ - C: 50 - M: 10 - Y: 0 - K: 0;
- iii. O tamanho do logo ANTAQ a ser bordado no bolso da camisa social, bem como outros detalhes, poderão ser ajustados em negociação entre o licitante vencedor e a ANTAQ e consignado nestes autos.

f. **TAMANHOS:**

- i. Pequeno: Largura do ombro 46cm x Comprimento da camisa 72cm x Manga 58cm;
- ii. Médio: Largura do ombro 47cm x Comprimento da camisa 74cm x Manga 60cm;
- iii. Grande: Largura do ombro 49cm x Comprimento da camisa 76cm x Manga 62cm;
- iv. Extra grande: Largura do ombro 50cm x Comprimento da camisa 77cm x Manga 63cm.
- v. Observação: Caso haja divergência com o mercado, as dimensões poderão ser reajustadas em negociação entre o licitante vencedor e a ANTAQ e consignadas nestes autos.

3. Camisa social manga longa (modelo feminino):

a. **Tamanhos e quantidades:**

Tamanho	Quantidade
M	7
G	2
GG	1
TOTAL	10

b. **MATERIAL:** 100% algodão tricoline.

- c. **MODELO:** Camisa social manga longa, colarinho levemente arredondado, punhos simples (altura de 6 cm), pespontados e abotoáveis por um botão em cada pulso; sem bolso; abertura na frente (para vestir ou desvestir) em toda extensão, fechável por botões, com casas verticais distanciadas 100 mm uma da outra, e com a casa vertical de cima a uma distância de 30 mm da casa horizontal do pé da gola; costas acinturadas e leve aberturas laterais na parte inferior arredondada. Acabamento das costuras internas em overlock; aviamentos na cor do tecido principal; etiquetas com CNPJ do fabricante com designação do material utilizado, numeração e instruções de manutenção de lavagem.

d. **COR:** azul bebê, conforme imagem abaixo:



e. **BRASÃO ANTAQ:**

- i. Na parte frontal, lado esquerdo, com a parte inferior do logo alinhada com o segundo botão após o pé da gola, de modo centralizado horizontalmente, deverá conter o Brasão da ANTAQ em bordado computadorizado. Dimensões: 6,0 cm (largura) x 3,3 cm (altura);
- ii. Cor do logo da ANTAQ - C: 50 - M: 10 - Y: 0 - K: 0;
- iii. O tamanho do logo ANTAQ a ser bordado no bolso da camisa social, bem como outros detalhes, poderão ser ajustados em negociação entre o licitante vencedor e a ANTAQ e consignado nestes autos.

f. **TAMANHOS:**

- i. Médio: comprimento da camisa 62cm; busto 96cm, manga 62cm; cintura 86cm;
- ii. Grande: comprimento da camisa 65cm; busto 104cm, manga 63cm; cintura 94cm;
- iii. Extra grande: comprimento da camisa 65cm; busto 114cm, manga 63cm; cintura 109cm.
- iv. Observação: Caso haja divergência com o mercado, as dimensões poderão ser reajustadas em negociação entre o licitante vencedor e a ANTAQ e consignadas nestes autos.

4. Colete para fiscalização:

a. **Tamanhos e quantidades:**

Tamanho	Quantidade
P	17
M	11
TOTAL	28

- b. **Material:** em brim, 10% algodão, peça única.
- c. **Modelo:** tipo blusão, com faixas reflexivas noturnas na frente (altura dos ombros) nas cores azul e branco e uma faixa nas costas (altura da cintura) nas cores azul e branco. Cores da faixa reflexiva: C: 100 – M: 0 – Y: 0 – K:0.
- d. **Zíper:** zíper de plástico, tamanho nº 5, na cor preta;
- e. **Cor:** preta;
- f. **Bolsos:** Dois bolsos frontais na altura da barriga (um do lado esquerdo e outro do lado direito). Dimensões: 15 cm de largura por 17 cm de altura. Cada bolso deverá conter 2 botões em metal na cor preta.
- g. **Brasões:**
 - i. Na parte frontal, lado esquerdo, deverá conter o Brasão da ANTAQ, “ANTAQ” e “FISCALIZAÇÃO” bordados. Dimensões: 7,4 cm (largura) x 6,8 cm (altura);
 - ii. Corpo Fiscalização: 35 pt, com forro no lado interno do colete, na altura do peito;
 - iii. Na parte frontal, lado direito, deverá conter o Brasão das Armas bordado em cores. Dimensões: 7,4 cm (largura) x 6,8 cm (altura), com forro no lado interno do colete, na altura do peito;
 - iv. Cores: LOGO DA ANTAQ - C: 50 - M: 10 - Y: 0 - K: 0;
 - v. Cores: FISCALIZAÇÃO - C: 0 - M: 0 - Y: 100 - K: 0;
 - vi. Fonte: Swis 721 Blkn BT.

h. **Parte de trás do colete (costas):**

- i. Na parte de trás, altura das costas, deverá ter bordado a escrita “FISCALIZAÇÃO FEDERAL”, sendo que “FISCALIZAÇÃO” deverá estar acima de FEDERAL; dimensões: 29 cm (largura) x 13,58 cm (altura);
- ii. Cores: “FISCALIZAÇÃO FEDERAL” - C: 0 - M: 0 - Y: 100 - K: 0;
- iii. Corpo: 110 pt;
- iv. Fonte: Swis 721 Blkn BT;
- v. No centro do colete, na parte de trás, deverá conter o logo da ANTAQ com a escrita “ANTAQ” logo abaixo do logo;
- vi. Na altura da cintura deverá haver uma faixa reflexiva nas cores azul e branco;
- vii. Cores da faixa reflexiva: C: 100 - M: 0 - Y: 0 - K: 0.

i. **Tamanhos:**

- i. Pequeno: largura 51 cm x Comprimento 67 cm x Ombro 15 cm;
- ii. Médio: largura 54 cm x Comprimento 69 cm x Ombro 16 cm;
- iii. Observação: Caso haja divergência com o mercado, as dimensões poderão ser reajustadas em negociação entre o licitante vencedor e a ANTAQ e consignadas nestes autos.